



*Juntos em uma nova história!*  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR**

**AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA**

**CNPJ: 06.314.439/0001-75  
 TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO.**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais para contratação de empresa para manutenção com fornecimento de peças de equipamentos Odontol.– Hospitalar para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde de Duque Bacelar/MA, em conformidade com as especificações técnicas e quantitativos do Termo de Referência (Anexo I)

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT. MESES	V. UNIT	V.TOTAL
1	Manutenção Preventiva e Corretiva dos Equipamentos Odontológicos dos postos de Saúde do Município de Duque Bacelar (Posto de Saúde São José), 02 Consultório Odontológico, 01 autoclave, 02 Canetas de Alta Rotação, 02 Canetas de Baixa Rotação, 01 Foto Polimerizador, 03 Compressor, 01 Aparelho de Raio-X, (Posto de Saúde do Povoado Mucambo), 01 Consultório Odontológico, 01 Autoclave, 01 Canetas de Alta Rotação, 01 Canetas de Baixa Rotação, 01 Foto Polimerizador, 01 Compressor, (Posto de Saúde do Povoado Orfão) 01 Consultório Odontológico, 01 Autoclave, 01 Canetas de Alta Rotação, 01 Canetas de Baixa Rotação, 01 Foto Polimerizador, 01 Compressor, (Hospital Presidente Medice) 01 Autoclave 115L/9000w 01 Centrífuga 01 Foco Cirúrgico 01 Oxímetro 01 Aspirador Cirúrgico 01 Eletrocardiograma 01 Aparelho de Ultrassom de imagem	UNID	12	R\$ 6.720,00	R\$ 80.640,00



PREFEITURA DE  
**DUQUE BACELAR**

*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA

CNPJ: 06.314.439/0001-75

ITEM	DESCRIÇÃO PEÇAS	UND	QUANT.	V. UNIT	V.TOTAL
					R\$ 80.640,00
2	MANGUEIRA TRIPLICE LISA	M	30	R\$ 18,87	R\$ 566,10
3	MANGUEIRA PARA SUGADOR	M	30	R\$ 14,53	R\$ 435,90
4	MANGUEIRA VACUO FLEX ½	M	12	R\$ 20,00	R\$ 240,00
5	MANGUEIRA VACUO FLEX ¾	M	12	R\$ 18,13	R\$ 217,56
6	MANGUEIRA DUPLA DO PEDAL COMANDO	M	20	R\$ 18,00	R\$ 360,00
7	VALVULA DUPLA DE ACIONAMENTO PNEUMATICO	UND	5	R\$ 115,48	R\$ 577,40
8	RAGULADOR DE AR	UND	12	R\$ 90,17	R\$ 1.082,04
9	VALVULA SERINGA TRIPLICE	UND	14	R\$ 100,30	R\$ 1.404,20
10	ROLAMENTO MSV/30	UND	2	R\$ 74,67	R\$ 149,34
11	VALVULA DIRECIONAL	UND	8	R\$ 81,33	R\$ 650,64
12	EIXO PRINCIPAL CONTRA ÂNGULO	UND	8	R\$ 149,00	R\$ 1.192,00
13	EIXO DIANTEIRO CONTRA ÂNGULO	UND	8	R\$ 151,67	R\$ 1.213,36
14	TAMPA DA CABEÇA CONTRA ÂNGULO	UND	8	R\$ 80,43	R\$ 643,44
15	TRAVA DA BROCA CONTRA ÂNGULO	UND	8	R\$ 60,00	R\$ 480,00
16	EIXO TRASEIRO CONTRA ÂNGULO	UND	8	R\$ 157,57	R\$ 1.260,56
17	CAIXA DE ESGOTO SELADA	UND	4	R\$ 168,67	R\$ 674,68
18	ABRAÇADEIRA DE FITA 5/13	UND	40	R\$ 7,67	R\$ 306,80
19	KIT RESERVATORIO	UND	8	R\$ 128,00	R\$ 1.024,00
20	LAMPADA 12 v 55W	UND	12	R\$ 46,03	R\$ 552,36
21	INJETOR DO SUGADOR	UND	6	R\$ 125,00	R\$ 750,00
22	PEDAL COMANDO DE AR	UND	4	R\$ 209,33	R\$ 837,32
23	SERINGA TRIPLICE	UND	5	R\$ 260,33	R\$ 1.301,65
24	ROTOR DA CANETA COM EIXO	UND	10	R\$	R\$





*Juntos em uma nova história!*  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR**

**AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA**

**CNPJ: 06.314.439/0001-75**

				211,33	2.113,30
25	TAMPA CANETA DE ALTA ROTAÇÃO	UND	12	R\$ 68,13	R\$ 817,56
26	TERMINAL DE ALTA ROTAÇÃO	UND	10	R\$ 130,00	R\$ 1.300,00
27	DRENO COMPRESSOR	UND	2	R\$ 79,07	R\$ 158,14
28	ANEL DE SEGMENTO SCHULLZ 6/30	UND	4	R\$ 115,27	R\$ 461,08
29	PISTÃO COMPRESSOR SCHULLZ 6/30	UND	2	R\$ 314,07	R\$ 628,14
30	BIELA COMPRESSOR SCHULLZ 6/30	UND	2	R\$ 298,30	R\$ 596,60
31	TORNEIRA DE AGUA P/ CUSPIDEIRA	UND	2	R\$ 76,80	R\$ 153,60
32	ANEL DE VEDAÇÃO AUTOCLAVE KAVO 12L	UND	2	R\$ 210,33	R\$ 420,66
33	MANOMETRO P/ COMPRESSOR	UND	3	R\$ 140,53	R\$ 421,59
34	PRESSOSTATO P.S 80	UND	2	R\$ 193,67	R\$ 387,34
35	PROTETOR DO REFLETOR	UND	3	R\$ 102,40	R\$ 307,20
36	RELÉ TÉRMICO PARA COMPRESSOR	UND	2	R\$ 101,73	R\$ 203,46
37	PLACA CADEIRA GNATUS	UND	2	R\$ 1.151,93	R\$ 2.303,86
38	PLACA CADEIRA D700	UND	2	R\$ 1.191,33	R\$ 2.382,66
39	PLACA AUTOCLAVE KAVO	UND	2	R\$ 1.133,87	R\$ 2.267,74
40	CUBA INOX AUTOCLAVE KAVO	UND	1	R\$ 1.389,33	R\$ 1.389,33
41	RESISTENCIA PARA AUTOCLAVE KAVO	UND	4	R\$ 341,93	R\$ 1.367,72
42	BOBINA DA VALVULA SOLENOIDE KAVO	UND	4	R\$ 260,07	R\$ 1.040,28
43	BORRACHA DA PORTA AUTOCLAVE CRISTÓFOLI	UND	2	R\$ 210,33	R\$ 420,66
44	TERMOSTATO AUTOCLAVE CRISTÓFOLI	UND	4	R\$ 134,40	R\$ 537,60
45	SUORTE GNATUS	UND	6	R\$ 114,23	R\$ 685,38
46	VALVULA INTERRUPTORA GNATUS	UND	4	R\$ 128,40	R\$ 513,60
47	ADAPTADOR CANULA	UND	8	R\$ 37,33	R\$ 298,64
48	VALVULA DE RETENÇÃO DO COM-	UND	3	R\$	R\$

	PRESSOR			138,10	414,30
49	CUBA DE POCELANA CUSPIDEIRA	UND	2	R\$ 273,33	R\$ 546,66
50	MANGUEIRA COMPRESSOR	MT	20	R\$ 13,63	R\$ 272,60
51	LED PARA FOTOPOLIMERIZADOR	UND	10	R\$ 121,40	R\$ 1.214,00
52	PLACA PARA FOTOPOLIMERIZADOR	UND	4	R\$ 344,33	R\$ 1.377,32
53	BORRACHA ADAPTADOR CANULA	UND	10	R\$ 13,00	R\$ 130,00
54	ANEL DE COMPRESAO COMPRESOR	UND	8	R\$ 115,40	R\$ 923,20
55	DISCO VALVULA COMPRESSOR CRISTOFOLI	UND	2	R\$ 140,73	R\$ 281,46
56	ROLAMENTO MOTOR COMPRESOR	UND	2	R\$ 63,67	R\$ 127,34
57	PEDAL DE COMANDO GNATUS	UND	2	R\$ 572,30	R\$ 1.144,60
58	MOTO REDUTORA	UND	2	R\$ 956,00	R\$ 1.912,00
59	CABEÇOTE REFLETOR D700	UND	2	R\$ 731,00	R\$ 1.462,00
60	CARÇAÇA CABEÇOTE D700	UND	2	R\$ 427,70	R\$ 855,40
61	ASTE ENCOSTO DE CABEÇA D700	UND	2	R\$ 213,00	R\$ 426,00
62	ENGOSTO DE CABEÇA D700	UND	2	R\$ 369,20	R\$ 738,40
63	BOBINA SOLENÓIDE P/ AUTOCLAVE CREITÓFOLI	UND	4	R\$ 227,10	R\$ 908,40
64	RESISTÊNCIA P/ AUTOCLAVE CRISTÓFOLI 21L	UND	4	R\$ 220,53	R\$ 882,12
65	ESTOFAMENTO CADEIRA D700	UND	1	R\$ 661,73	R\$ 661,73
66	TECLADO MEMBRANA AUTOCLAVE CRISTÓFOLI	UND	2	R\$ 169,00	R\$ 338,00
67	ESTOFAMENTO GNATUS	UND	1	R\$ 763,60	R\$ 763,60
68	PISTÃO MOCHO	UND	8	R\$ 175,67	R\$ 1.405,36
69	ESPELHO REFLETOR	UND	4	R\$ 351,67	R\$ 1.406,68
70	RESERVATORIO PET	UND	4	R\$ 92,47	R\$ 369,88
71	ROLAMENTO CONTRA ÂNGULO	UND	10	R\$ 76,00	R\$ 760,00
72	TERMINAL MICRO MOTOR	UND	4	R\$	R\$





*Juntos em uma nova história!*  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR**

**AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA**

**CNPJ: 06.314.439/0001-75**

				134,33	537,32
73	BOBINA SOLENOIDE 12 VOLTS	UND	2	R\$ 176,53	R\$ 353,06
74	SEPARADOR DE DETRITO	UND	10	R\$ 80,50	R\$ 805,00
75	RALO CUSPIDEIRA	UND	4	R\$ 57,40	R\$ 229,60
76	SUORTE COM VALVULA D700	UND	4	R\$ 192,17	R\$ 768,68
77	TRANSFORMADOR 220 v /12VOLTS	UND	2	R\$ 691,93	R\$ 1.383,86
78	FILTRO DE AR COMPRESSOR	UND	6	R\$ 168,33	R\$ 1.009,98
79	FILTRO ABAFADOR DE RUÍDO	UND	4	R\$ 76,47	R\$ 305,88
80	CAMISA DO CILINDRO COMPRES- SOR CRISTOFOLI	UND	1	R\$ 232,00	R\$ 232,00
81	RESISTÊNCIA AUTOCLAVE ;220V/3000W	UND	3	R\$ 384,30	R\$ 1.152,90
82	CONTATORA	UND	1	R\$ 597,33	R\$ 597,33
83	DISJUNTOR TERMOELÉTRICO	UND	1	R\$ 393,67	R\$ 393,67
84	RELÉ TÉRMICO	UND	1	R\$ 252,67	R\$ 252,67
85	CONTATOS AUXILIARES	UND	2	R\$ 284,17	R\$ 568,34
86	BOBINA DO MOTOR	UND	2	R\$ 368,00	R\$ 736,00
87	PLACA ELETRÔNICA DE COMANDO COMPLETA COM PLETA COM TRACKBALL ULTRASSOM TOSHIBA SSA-590A	UND	1	R\$ 11.086,95	R\$ 11.086,95
88	TRANSDUTOR ULTRASSOM TOSHI- BA SSA-590A	UND	1	R\$ 9.133,67	R\$ 9.133,67
89	CABO DE 10 VIAS	UND	1	R\$ 1.813,48	R\$ 1.813,48
90	IMPRESORA DO ELETROCARDIO- GRAMA	UND	1	R\$ 1.606,97	R\$ 1.606,97
					R\$ 89.383,90
<b>VALOR TOTAL</b>				<b>R\$170.023,90</b>	

1.2. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2021, contados a partir da data de sua assinatura prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO



*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

**AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA**

**CNPJ: 06.314.439/0001-75**

2.1 A contratação pretendida justifica-se pela necessidade constante de reparos, manutenção e troca de peças dos equipamentos médicos utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como para o adequado funcionamento do Hospital e Postos de Saúde do Município de Duque Bacelar, uma vez que, os diversos equipamentos estão em funcionamento no momento e mais frequentemente necessitam de manutenção preventiva e corretiva, preparando assim uma vida útil mais longa desses equipamentos e perfeito funcionamento dos mesmos.

2.2 – Assim sendo, o presente tem por objetivo definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório para a contratação de empresa do ramo pertinente.

### **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na categoria de bens considerados comuns de uso geral, conforme Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 10.024/19, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

### **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

4.1. O prazo de entrega dos bens é de até 05 dias, contados do(a) a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa (*única ou parcelada*), no seguinte endereço indicado pela Secretaria Municipal de Administração.

4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02(dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.





*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

**AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA**

**CNPJ: 06.314.439/0001-75**

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

6.1.1.1. *O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*



*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

**AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA**  
CNPJ: 06.314.439/0001-75

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **10. DO PAGAMENTO**





*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

**AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA**

**CNPJ: 06.314.439/0001-75**

- 10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA  
CNPJ: 06.314.439/0001-75

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

**AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA**

**CNPJ: 06.314.439/0001-75**

- 11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

### **13. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

- 13.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 13.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

## **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.5. cometer fraude fiscal;
- 14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 14.2.2. multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (dias) dias;



*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

**AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA**

**CNPJ: 06.314.439/0001-75**

- 14.2.3. multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.
- 14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.





*Juntos em uma nova história!*  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR

**AV. Coronel Rosalino, s/n, Centro, Duque Bacelar-MA**

**CNPJ: 06.314.439/0001-75**

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### **15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

15.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

À vista das informações contidas nestes autos e com observância às normas vigentes, **APROVO** o presente Termo de Referência.

Duque Bacelar/MA, 26 de Fevereiro de 2021.

*Nathaly Araújo Leal do Prado*

Nathaly Araújo Leal do Prado  
Secretaria Adjunta de Saúde  
Ordenador de despesa Da Secretaria de Saúde